COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI No 5.470, DE 2009

Obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazer constar, de suas páginas da internet sua razão social, seu número no registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e endereço da sede e sucursais e dá outras providências.

Autor: Deputado CARLOS SAMPAIO

Relator: Deputado ROBERTO SANTIAGO

VOTO EM SEPARADO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.740, de 2009, pretende obrigar a pessoa jurídica de direito privado que possua site próprio na internet, seja para uso institucional ou comercial, a fazer constar na página inicial do site: seu nome comercial; seu número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; o endereço da sede; e os endereços das sucursais. A proposição também obriga a pessoa física, que exerça atividade empresarial mediante o uso de site na internet, a fazer nele constar seu número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF. Aos infratores, a proposição estabelece sanções de advertência; de multa, a variar entre R\$ 1.000,00 (mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme a natureza do serviço oferecido e a capacidade econômica da pessoa jurídica; e de suspensão do site, no caso de duas ou mais reincidências. A proposição também estabelece que os membros dos poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público que, no exercício de suas funções, tiverem conhecimento de infração à lei ora proposta devem comunicar o fato, por escrito, ao órgão competente. Por fim, determina que, no prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo regulamentará a matéria, bem como designará o órgão competente para fiscalizá-la e aplicar as sanções nela previstas. Cabe-nos apreciar o mérito do presente projeto de lei, que já foi aprovado unanimemente no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática desta Casa e, em seguida, encaminhá-lo à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Dentro do prazo regimental, a matéria não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A compra on-line é um comportamento novo, um hábito que está se consolidando para a maior parte das pessoas que fazem uso da internet. Basta ter acesso a um computador com internet e o consumidor pode adquirir produtos e serviços 24 horas por dia, 365 dias por ano, sem sair de casa, e também, participar de leilões e realizar compras coletivas. O faturamento das vendas por internet ao consumidor, no Brasil, vem crescendo nos últimos anos a uma taxa média superior a 40% (quarenta por cento) ao ano e, em 2010, o volume de negócios nesse setor ultrapassou os 13 bilhões de reais. A implementação de políticas governamentais para aumentar o número de brasileiros com acesso à rede, e a ascensão de milhões de brasileiros à classe média sem dúvida contribuirão para que esse faturamento se eleve significativamente em curto espaço de tempo. Tais fatos evidenciam a crescente importância que o setor está a adquirir no campo das relações de consumo, bem como a urgência de sua regulamentação, pois alguns fornecedores valem-se da ausência de regras aplicáveis ao setor, para adotar comportamentos maliciosos e lesivos ao consumidor.

Um desses comportamentos maliciosos é justamente o fornecedor não inscrever no site seu nome comercial, seu endereço e o número do CNPJ, pois sem essas informações fica impossível ao consumidor identificá-lo e exercer a defesa de seus direitos. Sem essas informações, o consumidor não consegue formalizar uma reclamação junto aos órgãos competentes, nem acionar judicialmente o fornecedor. Evidentemente, essa situação não pode ser mantida, pois coloca o fornecedor fora do alcance da lei, gera insegurança e prejuízo a milhões de consumidores, e afronta a boa-fé, o equilíbrio e a transparência, que são pilares das relações de consumo. A proposição em análise vem sanar essa situação, pois obriga a existência dessas informações no site, possibilitando ao consumidor a legítima defesa de seus direitos. Ela propõe, acertadamente, punição aos infratores, e remete ao Poder Executivo sua regulamentação e a designação de órgão fiscalizador. Pelas razões acima expostas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.470, de 2009.

III – DA CONCLUSÃO

Pode-se dizer que atualmente estamos vivendo um momento de intensas discussões acerca do fortalecimento da proteção de dados pessoais e, principalmente, do princípio constitucional da privacidade. Prova disso e da relevância destas discussões é o fato de o próprio Ministério da Justiça ter elaborado e disponibilizado para a consulta e comentários de toda a sociedade informações sobre o tema em questão o qual deverá ser objeto de projeto de lei a ser apresentado em breve ao Congresso Nacional.

Com isso, pode-se afirmar que a simples divulgação dos dados mencionados no PL abaixo abre uma enorme porta para que hackers possam utilizá-los de forma maliciosa, causando danos a diversas pessoas. Tais informações representam os dados básicos sobre a empresa e podem identificá-la não somente aos olhos do consumidor, mas também àqueles com quem a empresa pode vir a contratar, podendo levar, em último caso, ao uso destes dados em operações fraudulentas.

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PL 5470/2009, na forma do Substitutivo (anexo) que ora se apresenta no voto em separado .

Sala das Comissões, em de 2011.

Deputado Eli Corrêa Filho – DEM/SP

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N 5470/2009

Obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazer constar, de suas páginas da internet sua razão social, seu número no registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e endereço da sede e sucursais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As pessoas jurídicas de direito privado que franquearem acesso público de site próprio na internet, independentemente do uso comercial ou meramente institucional do espaço virtual, devem, obrigatoriamente, apresentar aos seus consumidores, quando estes o solicitarem mediante requerimento devidamente motivado, as seguintes informações:

- I – nome comercial, tipo e local de registro;
- II – número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, quando aplicável;
- III – endereço da sede;
- IV – endereço de todas as sucursais, quando aplicável;

Art. 2º. A não observância desta lei ensejará a aplicação das seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – suspensão da página na internet.

§1º A advertência será aplicada quando da primeira infração por parte da pessoa jurídica e, neste caso, será concedido o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação das informações requeridas.

§ 2º A pena de multa será aplicada pela autoridade competente, sempre que houver reincidência, em valor a ser fixado, entre o importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observadas as seguintes diretrizes:

- I - natureza dos serviços oferecidos através da internet;
- II – capacidade econômica da pessoa jurídica.

§ 3º Ocorrendo duas ou mais reincidências, o acesso ao site ficará suspenso até a comprovação da apresentação das informações requeridas, nos termos exigidos por esta lei.

§ 4º As mesmas penas serão aplicadas na hipótese dos dados apresentados não serem verdadeiros.

Art. 4º. As disposições desta lei se aplicam, no que couber, às pessoas físicas que venham a exercer atividades empresariais, através da internet, sem o devido registro na Junta Comercial.

Parágrafo único: Na hipótese prevista neste artigo, a obrigatoriedade constante do art. 1º, inciso II, desta lei, estende-se ao Cadastro de Pessoa Física – CPF.

Art. 5º. Os membros do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público que, no exercício de suas funções, tiverem ciência da infração a esta lei, deverão comunicar esse fato, por escrito, ao órgão competente, observando-se o disposto no art. 6º, desta lei.

Parágrafo único: A não observação da determinação constante do *caput* deste artigo constitui-se infração administrativa, sujeitando-se o servidor e o agente político omissos às sanções previstas em seus estatutos.

Art. 6º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação, especialmente para designar a autoridade administrativa competente para fiscalizar o cumprimento desta lei e aplicar as sanções nela previstas.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, em de de 2011.

Deputado Eli Corrêa Filho – DEM/SP